

LEI ANTICORRUPÇÃO

**Comentários à Lei n. 12.846/2013
e temas correlatos**

COORDENADORES

**Gustavo Justino de Oliveira
Mauricio Schaun Jalil
Ricardo Marcondes Martins**

AUTORES

Ana Cristina Siqueira Novaes
André Luís de Carvalho
Augusto Neves Dal Pozzo
Bruno Galvão Ferola
Bruno José Queiroz Ceretta
Debora Berti Moreira Calbucci
Felipe Gonçalves Fernandes
Felipe Spinardi
Flávio Rezende Dematté
Gabriela Farias Abu-El-Haj
Glauco Martins Guerra
Gustavo Justino de Oliveira
Henrique Felipe Ferreira
Igor Sant'Anna Tamasauskas
João Marcelo R. do Vale R. de Oliveira
José Marcelo Martins Proença
José Roberto Pimenta Oliveira
Lucas Rocha Furtado
Mauricio Schaun Jalil
Otavio Venturini
Pierpaolo Cruz Bottini
Ricardo Marcondes Martins
Sebastião Tojal
Vinícius Marques de Carvalho
Wallace Paiva Martins Junior

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	xv
<i>Prefácio</i>	xvii
Parte I – Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) comentada	
Capítulo I Disposições Gerais – Arts. 1º a 4º	3
<i>Henrique Felipe Ferreira</i>	
Capítulo II Dos Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira – Art. 5º	17
<i>Wallace Paiva Martins Junior</i>	
Capítulo III Da Responsabilização Administrativa – Arts. 6º e 7º	38
<i>José Marcelo Martins Proença, Debora Berti Moreira Calbucci, Mauricio Schaun Jalil</i>	
Capítulo IV Do Processo Administrativo de Responsabilização – Arts. 8º a 15	60
<i>Lucas Rocha Furtado</i>	
Capítulo V Do Acordo de Leniência – Arts. 16 e 17	70
<i>Ana Cristina Siqueira Novaes, André Luís de Carvalho, Gabriela Farias Abu-El-Haj, Gustavo Justino de Oliveira</i>	
Capítulo VI Da Responsabilização Judicial – Arts. 18 a 21	86
<i>Felipe Gonçalves Fernandes, Mauricio Schaun Jalil</i>	
Capítulo VII Disposições Finais – Arts. 22 a 31	97
<i>Ricardo Marcondes Martins</i>	
<i>Índice alfabético-remissivo da Lei n. 12.846/2013</i>	129
<i>Referências bibliográficas da Parte I</i>	130

Parte II – Temas correlatos

Capítulo 1	O princípio do <i>non bis in idem</i> na Lei Anticorrupção: uma reflexão a partir da reforma da Lei de Improbidade Administrativa	143
	<i>Vinícius Marques de Carvalho, Flávio Rezende Dematté</i>	
Capítulo 2	Há uma origem histórica para a corrupção administrativa no Brasil? . .	163
	<i>Glauco Martins Guerra</i>	
Capítulo 3	Revisão dos acordos de leniência: possibilidades e parâmetros	177
	<i>Gustavo Justino de Oliveira, Otavio Venturini</i>	
Capítulo 4	Lei Anticorrupção e sua relação com a Lei Geral de Proteção de Dados . .	185
	<i>Bruno Galvão Ferola, João Marcelo Ribeiro do Vale Rodrigues de Oliveira, Maurício Schaun Jalil</i>	
Capítulo 5	Direito administrativo sancionador anticorrupção e Lei n. 12.846/2013: o desafio de sua interpretação sistemática	201
	<i>José Roberto Pimenta Oliveira</i>	
Capítulo 6	Responsabilidade das pessoas jurídicas e <i>compliance</i> na Lei Anticorrupção	235
	<i>Ricardo Marcondes Martins</i>	
Capítulo 7	Acordos de leniência, negociabilidade da restituição dos lucros “ilegítimos” e os tribunais de contas	253
	<i>Sebastião Tojal, Felipe Spinardi</i>	
Capítulo 8	O Estado brasileiro e os crimes praticados contra as Administrações públicas estrangeiras.	263
	<i>Augusto Neves Dal Pozzo, Bruno José Queiroz Ceretta</i>	
Capítulo 9	2013-2023: década da probidade?	275
	<i>Pierpaolo Cruz Bottini, Igor Sant’Anna Tamasauskas</i>	